

HÁ
UMA
HISTÓRIA
QUEER
EM PORTUGAL ?



por Fernando Rosa e Miguel Carmo

Uma primeira versão desse artigo foi publicada no Jornal MAPA - www.jornalmapa.pt .

Essa segunda versão foi produzida especialmente para a página em português do Observatório de Sexualidade e Política. Agradecemos a Fernando e Miguel a generosidade

Foto de capa: 25 de Abril de 2012: Bloco *queer* nas comemorações do 25 de Abril em Lisboa. Nesse dia é ocupado um imóvel municipal na Rua de São Lázaro em solidariedade com a reocupação da Es.Col.A da Fontinha no Porto

Data de publicação: Outubro de 2015
Para comunicar-se com os autores:
historiaqueer@gmail.com

Aids, Pop, Repressão / O que é que eu fiz para merecer isso?

Ratos do Porão, 1989

É com ambição que nos lançamos no propósito de organizar os traços principais de uma história da sexualidade militante em Portugal, no período da democracia, a partir da qual construir uma posição *queer*. Entendemos por *queer*¹ tudo aquilo, aqueles, que herdeiros do património imenso do feminismo, da revolta LGBT e da revolução sexual, se colocam em confronto com a opressão sexual, seja no casamento ou na escola, no trabalho ou na família.

Não podemos esquecer que Michel Foucault identificou a própria discursividade sexual como dispositivo fundamental do controle sexual. Numa frase, queremos que *queer* seja o termo que reivindica uma dimensão política para o erótico², nomeada por aqueles que o apreendem enquanto zona de guerra anticapitalista e contra o estado.

Para uma pré-história feminista.

Para pensar a história da sexualidade em Portugal devemos começar pela história do feminismo. Talvez o momento mais emblemático deste

início seja a “queima de soutiens” no Parque Eduardo VII em Lisboa em Janeiro de 1975. Uma queima que nunca existiu -- garante quem esteve na primeira manifestação feminista do país. Mas que foi injuriada por três mil machistas histéricos em uma contramanifestação. Existiu, sim, a “queima” de símbolos da opressão feminina, que ao longo da história aprisionaram mulheres na sua condição de trabalhadoras sem salário – panos do pó, esfregonas, tachos e cama – e de outras instituições tão vigorosas que se confundem com a própria ideia de género feminino – a mãe e a esposa que a *tornam* mulher. Mas a desconstrução de género não se faz sem liberdade sexual. Destas lutas ficaram de fora as lésbicas e as prostitutas. A emancipação de género, nas esferas laboral e reprodutiva, encarava mal tanto o desejo sexual reivindicado pela luta das lésbicas, quanto o sexo como trabalho reivindicado pelas prostitutas. Seria possível construir um movimento que se esquivava dos estigmas de “putas” e “fufas”, que pesavam sobre as feministas, em lugar de os enfrentar?

O *Processo Revolucionário Em Curso* (PREC) é como ficou conhecido o período pós-25 de Abril e foi, talvez, o primeiro momento de

afirmação de uma sexualidade crítica e radical, quando pela primeira vez surgem cartazes nas manifestações com referências à homossexualidade e à prostituição.³ Num momento em que as tensões de transformação da sociedade se centravam no desmantelamento das instituições do fascismo e na coletivização da economia, o campo revolucionário não incluía o que era considerado de âmbito privado – a sexualidade livre e o gênero inconformado. Surgem à essa altura as primeiras associações de mulheres focadas no direito à igualdade no trabalho, no combate à violência doméstica, no direito ao aborto e no acesso a meios contraceptivos que permitiriam, de um ou outro modo, maior autonomia sexual. Se é certo que hoje alguns feminismos reivindicam a emancipação de todas as pessoas – mulheres ou não –no período revolucionário não era assim e dele ficaram de fora muitas mulheres.

Alheias a um movimento que pretendia integrar-se na nova moral democrática, muitas lésbicas, por exemplo, tiveram que esperar até a nova onda de movimentos LGBT no início dos anos 1990, quando formam coletivos autónomos de mulheres que, muitas vezes, desenvolvem uma crítica ao

feminismo dominante⁴. Mas é também aí, nos primeiros coletivos, que ganha relevância a crítica feminista quanto ao fato do movimento LGBT ser geralmente dominado por homens gays que hegemonomizam o espaço público e sexualizam o corpo masculino, numa lógica que reflete muitas vezes a sociedade misógina e sexista. O dizem as feministas é, portanto, que mesmo no movimento LGBT há exclusão e homossexualidade conservadora.

Do Estado Novo à AIDS: a repressão como impulso

Muito antes da formação de qualquer grupo LGBT em Portugal, ainda nos anos 1980, surgiu o CHOR, Coletivo de Homossexuais Revolucionários, composto por homens e mulheres. CHOR pretendia criar uma alternativa à moral burguesa instituída, a qual -- segundo o manifesto publicado pelo grupo -- *“leva ao medo, ao ghetto, ao ciúme e à frustração”*.

As e os militantes do CHOR afirmavam-se como “diferentes” e negavam a propriedade privada, preconizando que a luta pela liberdade deveria incluir a luta pela liberdade sexual. Para o CHOR não era possível uma revolução económica e política sem uma

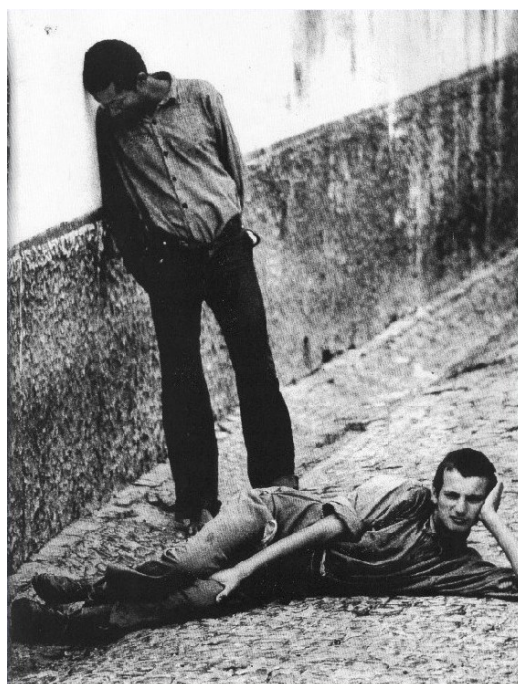
revolução do comportamento humano.

Entre outros atos públicos, o CHOR organizou uma manifestação na qual uma imagem de Nossa Senhora de Fátima foi transportada até à Assembleia da República. Depois dessa performance criativa o grupo, misteriosamente, desapareceu.

Para compreender melhor a radicalidade homossexual em Portugal dos anos 1980 é preciso lembrar que, durante o Estado Novo, as relações sexuais entre pessoas do mesmo sexo eram punidas com penas de internamento até dois anos em manicómio criminal conhecido como Mitra. Aos olhos da lei e da moral do Estado Novo, os homossexuais eram doentes mentais, assim como também acontecia com a prostituição.

Também se sabe que a polícia antes de efetuar detenções tentava a todo o custo extorquir dinheiro ou favores sexuais em troca do silêncio das pessoas acusadas. Quem tinha dinheiro para subornos e calar má-línguas podia viver a sua sexualidade, ainda que clandestinamente. Mas isso não acontecia no caso das pessoas sem recursos que eram levadas a Mitra.

A Mitra começou a ser desmantelada no pós-25 de Abril, mas efetivamente a homossexualidade só deixaria de ser crime em 1982, e pelo menos até então havia homossexuais “institucionalizados. A repressão legal e o confinamento, aplicados desde os anos 1920, implicavam estigma e discriminação que não desapareceriam de imediato período democrático.



‘A Mitra nos anos 80’, foto de Ana Esquivel: No Albergue da Mitra, no Poço do Bispo em Lisboa, onde eram detidas todas as pessoas que o Estado Novo considerava marginais ou doentes mentais.

O primeiro caso de HIV-AIDS foi diagnosticado em Portugal em 1983, num momento em que, portanto, quase não existia associativismo

LGBT. Assim sendo, não surpreende que a resposta do estado tenha sido precária e, no mais das vezes, conservadora. Em 1995, por exemplo, a *Comissão Nacional de Luta Contra a SIDA* lançou uma campanha cujo lema era “Família: o princípio do fim da SIDA”. Os cartazes mostravam uma família heterossexual, branca e tradicional e afirmavam que a fidelidade era a melhor proteção contra a epidemia. Ou seja, uma vez mais o estado promovia a estigmatização, agora em torno à questão do contágio.



Em resposta foram criadas organizações e associações, que abandonam e criticam a perspectiva dominante que concebia os e as homossexuais como vítimas, para

reivindicar a diversidade sexual como possibilidade socialmente plena, como lugar desavergonhado.

À essa altura frequenta-se o Palmeiras, espaço político de encontro na cidade de Lisboa -- situado na sede do Partido Socialista Revolucionário - que estava aberto a gente de múltiplas origens e com muitos interesses: bandas, grupos que eram contra o serviço militar obrigatório, grupos antirracistas. O Palmeira foi também um espaço de liberdade sexual, em particular homossexual, organizado a partir do GTH, Grupo de Trabalho Homossexual. Durante alguns anos foi espaço privilegiado de um movimento político que incluía a revolução sexual na sua agenda e a partir do qual ganharam pela primeira vez visibilidade muitas reivindicações LGBT.

Direitos e assimilação: o cidadão LGBT e o marginal *queer*.

Foi, portanto, na segunda metade da década de 1990, já numa etapa avançada da epidemia de HIV/AIDS que toma corpo um movimento reforçado de luta contra o estigma e também se envolve em atividades de prevenção. Nesse momento, surgiriam as primeiras associações LGBT que transportam da Europa e da América do Norte uma

perspectiva de luta em torno dos direitos civis das pessoas cujo gênero e sexualidade difere das normas dominantes.

É também nesse momento em que se dá a formação do Bloco de Esquerda e a agenda LGBT passa a ser incorporada pelos parlamentares do Bloco e pelo associativismo, produzindo assim uma marca de diferenciação frente à direita parlamentar conservadora, cuja pauta era fortemente marcada pelo machismo e a homofobia.

Essa seria nova maneira de tratar os temas de sexualidade que, nos anos 1980, haviam sido nomeados como “as questões fraturantes”. Começa então um movimento de normalização ou de assimilação, tal como já havia acontecido e sido criticado por grupos *queer* anarquistas nos EUA e Canadá. A agenda fraturante dos anos 1980 foi substituída pelo associativismo LGBT formal que elabora propostas de lei, as quais são levadas a debate pela esquerda institucional e que também tem grande apelo mediático.

Nessa perna, a esquerda, tanto nas suas formações partidárias como nas formas associativas, tanto no campo LGBT como feminista, deixa de conceber o casamento, o trabalho, a instituição militar e policial e a escola,

como instituições repressivas da sociedade patriarcal. O privilégio dado à luta por direitos civis, em detrimento de uma crítica social transversal vai produzir novas marginalizações e discriminações. Não há sexualidade desligada das condições económicas e sociais de quem a exerce. Para situar a questão no contexto brasileiro: ser uma bicha favelada não é o mesmo que ser um veado do Leblon.

Em 2004, deve-se dizer, essa nova onda de democratização da questão sexual em torno a agenda de direitos foi impactada por um fato dramático que relançou o debate sobre ‘o gênero’ e a especificação de novas formas de ódio à diferença. No Porto, a transexual Gisberta Salce Júnior, nascida em São Paulo (Brasil) foi espancada, estuprada e atirada viva (amarrada) para um poço, onde morreu com 46 anos.

O crime foi cometido por um grupo de jovens que estavam ao cuidado de uma instituição católica de acolhimento de menores e que contava com financiamento estatal.

A morte de Gisberta põe sobre a mesa não apenas os limites do binarismo de gênero como também interroga a persistente confusão entre transfobia e homofobia. Nesse momento, o feminismo português

foi obrigado a refletir sobre a exclusão das suas fileiras de mulheres que não eram vistas como “mulheres de verdade” e que também não cabiam nas categoria gay ou lésbicas.

Por outro lado, a morte de Gisberta revelou a profundidade e extensão do ódio às pessoas *trans* que, durante décadas, não teve maior visibilidade pois essas pessoas sempre viveram nos limites extremos da marginalidade. Todavia, por efeito do crime, não apenas as pessoas *trans* que ganham voz própria contra o ódio e indiferença a que sempre estiveram sujeitas, mas também se tornam visíveis os problemas e distorções da institucionalização de crianças e jovens pelo Estado.

Esse poderia ter sido o ponto de partida para uma exigência mais ampla e profunda de mudança social. Contudo, não foi isso que aconteceu. De um lado, as associações LGBT e feministas foram meras espectadoras do julgamento. De outro, a direita instrumentalizou o caso para reclamar penas de prisão mais duras para crimes cometidos por menores.

Praticamente não houve nenhuma crítica mais contundente, ou mesmo revolta, contra os sistemas de institucionalização de menores e a forma como o Estado organiza a vida

destas crianças e jovens. Durante o julgamento dos assassinos de Gisberta, o juiz concluiu que ela havia morrido por afogamento e declarou: “*A culpa foi da água*”.

Para além dessas limitações e paradoxos, desde a morte de Gisberta, as pessoas *trans*, que sempre haviam estado à sombra do movimento LGB ganharam um nome próprio. Começa-se finalmente a interrogar a norma rígida e binária que o Estado inscreve sobre os corpos e que não está desvinculada de formas variadas de exploração nas quais nossas vidas estão inscritas, por efeito do trabalho ou das regras de propriedade.

Como disse um jovem militante no “Lambda”, jornal que nasce no interior da Autonomia italiana, ainda no longínquo ano de 1977:

«Não quero ser recuperado na normalidade heterossexual porque não acredito nela. Mas também não acredito num modelo homossexual e portanto, estando consciente dos meus limites, quero avançar na minha libertação para fazer explodir tudo o que afastei e (...) mudar-me a mim próprio e não ser nem homossexual nem heterossexual e, mais do que bissexual, ser

aquilo que ainda não sabemos o que é, por ser reprimido»⁵.

O género e a sexualidade não são compartimentos estanques. Quando os separamos nas narrativas e formas de lutas criamos novas margens, enfraquecemos a luta pela emancipação dos corpos e dos papéis sociais, reforçamos os interditos.

Essa transversalidade - que dessubjectiva e é ofensiva - e que insistimos em chamar *quer* é o que inspira as reflexões que se seguem em torno ao trabalho sexual, ao aborto e algumas outras experiências autónomas de sexualidade.

O trabalho sexual é contra o trabalho?



O guarda-chuva vermelho tem sido usado como símbolo da luta dxs trabalhadorxs do sexo, muito usado nos mobilizações de rua.

As prostitutas são sempre silenciadas. Não há em Portugal uma memória forte de momentos de luta pelos direitos de pessoas envolvidas com trabalho sexual. O que sempre

predominou entre nós foi a caridade ou o abolicionismo, promovidos por associações que tratam as prostitutas como “indigentes”.

Em 2005, contudo, no Porto, no Dia Internacional Contra a Violência que afeta Trabalhadorxs do Sexo, um grupo de 20 dessxs trabalhadorxs iniciou a discussão sobre a formação de um sindicato ou associação profissional. Em 2009, uma mobilização de rua organizada aconteceria em Lisboa quando, por iniciativa do Centro em Movimento e das Panteras Rosa, prostitutas foram convidadas a participar do desfile do 1º de Maio para afirmar sua condição de trabalhadoras sexuais.

Nessa ocasião, um pequeno grupo de mulheres tentou integrar a manifestação, mas a CGTP-IN (Central Intersindical vinculada ao Partido Comunista Português) tentou impedir isso por que na sua pauta prostituição é o mesmo que tráfico.

Em 2011, as putas, porém regressam ao MayDay. Foram apoiadas por militantes *queer* e feministas através da P*T*S - Plataforma de Trabalho Sexual, da qual participam os dois grupos acima referidos e também a União de Mulheres Alternativa e Resposta do PSR e as Irmãs Oblatas. Mas, uma vez mais a sua participação sujeita à interdição formal por parte da CGTP.

Num comunicado de imprensa, a Central afirmou que esse conjunto de organizações não seria bem-vindo ao desfile se trouxesse consigo trabalhadoras que lutam pelo estatuto laboral sexual.

Um pouco antes o Alto Comissariado para a Saúde havia promovido uma campanha de prevenção de infeções sexualmente transmissíveis junto de trabalhadorxs sexuais. E, a CGTP havia também criticado a “utilização de dinheiros públicos numa campanha, que claramente reconhecia a existência «trabalhador*s do sexo»”.

No MayDay de Lisboa de 2011, lamentavelmente, a coordenação geral do evento não quis confrontar-se com a visão da CGTP sobre prostituição. Em contraste, grupos *queers*, feministas e trabalhadores sexuais ao final do desfile – abrindo dezenas de sombrinhas vermelhas – interromperam o discurso do secretário-geral Carvalho da Silva da CGTP gritando palavras de desordem como “sou puta precária, mas também sou proletária” ou “trabalho sexual é trabalho”.

É positivo registrar que, nesse mesmo ano nasceria a Rede de Trabalho Sexual, que atua, sobretudo, no campo dos direitos sociais e laborais, e contra todas as formas de

violência, através de ações de sensibilização e pareceres jurídicos. Contudo, os episódios dos May Day revelam que o sindicalismo convencional tem dificuldades em encarar o carácter arbitrário e explorador de muitas outras formas de trabalho.

A pergunta que fica, porém, é se movimento *queer*, ao considerar a prostituição como trabalho, poderá ou não relançar uma crítica radical do trabalho e, quem sabe reivindicar sua abolição?

Poderá essa agenda repensar e alargar as lutas pela liberdade sexual, em resposta a um movimento sindical conservador e ortodoxo -- cujos argumentos em nada divergem do paternalismo e da higienização católicas -- , e que insiste em não reconhecer o trabalho sexual dentre as várias opções de exploração frente as quais as pessoas estão sempre colocadas, para podem sobreviver no capitalismo.

O aborto livre foi a votos.

A história da despenalização do aborto, e dos referendos de 1998 e 2007, está escrita⁶. É uma história institucional, concentrada nas dinâmicas partidárias e legislativas e nas grandes campanhas que se fizeram para conseguir a reforma

legal. Na nossa opinião, esses relatos são muito limitados por que permanecem centrados nas instituições de representação democrática, como único caminho possível para transformação social. Ou seja estão presos à ideia de que o estado, tal como conhecemos, é o único modelo possível de organização das sociedades.

Contada a partir de tal perspectiva, a vitória de 2007 é interpretada como resultado positivo da opção estratégica, tomada pelo movimento amplo e diverso de apoio à despenalização, de não usar o argumento baseado no direito das mulheres a tomarem decisões sobre o seu próprio corpo, em favor de um discurso centrado na saúde pública e que clamava pelo fim da criminalização das mulheres.

Esses argumentos já haviam sido utilizados na campanha para o *referendum* de 1998, que se seguiu à morte de Lizete Moreira em 8 de Março 1997, na sequência de um aborto clandestino. Em 2007 seriam ampliados, especialmente a crítica à criminalização, cujos efeitos haviam sido sentidos em 2001 quando 17 mulheres foram indiciadas pelo crime de aborto.

Para compreender por que consideramos essa argumentação

limitada vamos recuar, uma vez mais, ao pós-25 de Abril. Naquele momento também surgiram várias clínicas, maternidades e outros estabelecimentos de saúde de caráter comunitário, geralmente vinculados ao movimento mais amplo de “ocupação de edifícios”. Nesse contexto, a Clínica Comunal Popular na Cova da Piedade destaca-se por vários motivos⁷, entre os quais o apoio da população e o reconhecimento da qualidade dos serviços que prestava. A clínica oferecia partos, consultas de contraceção e planeamento reprodutivo e cuidados materno-infantis e, também, aborto em condições ainda que à margem da lei.

A partir destas experiências, que contavam com a colaboração de equipas de jovens médicos, alguns estrangeiros, criam-se outras unidades ambulatoriais de aborto. Essas unidades funcionavam numa rede de casas emprestadas, preparadas para tal e usavam técnicas avançadas para a época, as quais só estariam de novo disponíveis, muitos anos mais tarde em locais próximos a fronteira da Espanha. Estas práticas alternativas dos anos 1970 contrastavam com o obscurantismo e culpabilização que geralmente acompanhava os abortos feitos por parteiras em condições insalubres.

O acesso a esse rede de ambulatorios se dava sobretudo a partir de informação que circulava boca a boca. Era uma prática proibida, mas esse era também o momento do PREC. Aqueles que lutavam pelo aborto livre e gratuito que se viam frente a leis repressivas e uma sociedade penalizadora⁸, decidiram combater a repressão agregando recursos humanos, meios técnicos e criando uma rede de apoio clandestina.

A história que interessa recuperar aqui é precisamente a das formas autónomas de poder e ilegalidade que -- enquanto duraram -- questionavam o poder político da democracia formal enquanto único legítimo dispensador de liberdades, seguranças e bem-estar.

A formação estatal que despenalizou o aborto em 2007, assegurou o direito à escolha das mulheres e acesso a procedimentos de interrupção da gravidez no Serviço Nacional de Saúde. Esse é o mesmo estado que havia penalizado o aborto durante muitas décadas levando a prisões e a mortes de mulheres.

Esse mesmo estado, como bem sabemos, pode vir um dia a penalizá-lo novamente, como já aconteceu na Espanha em 2013. As mobilizações

amplas pela re-penalização do aborto em Espanha nos lembram que podem ser muito precárias a lei e as liberdades reprodutivas dispensadas pelo Estado português, em anos recentes. É talvez oportuno neste contexto de análise esclarecer que os autores deste texto votaram pela despenalização nos referendos, sem receio que a guilhotina do Estado lhes cortasse a mão de voto.

Fabricando autonomia, o RDA69 e outros novos grupos.



Cartaz de divulgação do ciclo de cinema porno-feminista no RDA69, em 2011: “mas as feministsxs não acham todxs que a pornografia é uma forma de degradação e exploração de mulheres?”

“Do mesmo modo que abandonámos as bolorentas identidades políticas que deixaram há muito de contribuir para a construção de uma autonomia em combate contra uma sociedade de miséria, (...) recusamos, não sem esforço, os novos logros identitários de pacifistas, violentos, indignados, o caralho a quatro. Somos o corpo da revolta. A comuna em movimento.”

Esse foi um panfleto distribuído no 25 de Abril de 2012 por um emblemático bloco *queer* de cara tapada, o Pink-Bloc. Nessa data - quase 40 anos depois do General Galvão de Melo ter afirmado na televisão pública que a revolução não se fez para prostitutas e homossexuais - o Pink-Bloc, integrou o desfile comemorativo da Revolução de 1974, afirmando numa faixa: “o futuro é engendrado pelo desejo”.

Nesse mesmo dia, a ES.COLA da Fontinha, no Porto e um prédio na Rua de São Lázaro em Lisboa também foram reocupados para evocar o 25 de Abril. Estas ações revelam mais do que coincidência, comunicação, articulação. Um panfleto então distribuído trazia o seguinte texto:

“O feminismo tem sido importante para a crítica e ação radical sobre a

vida. Ele fala de desejo, de amor, de amizade, de homem e mulher, de corpos, de barricadas, da racionalidade instrumental, de xamanismo, de clínica. (...) A razão não o satisfaz, exige uma sensibilidade ou poética ou funções do cérebro direito. Exige bruxaria e histerismo”.

Antes deste momento, em junho de 2011, havia nascido a RDA69, Recreativa dos Anjos. E antes ainda, em 24 de novembro de 2010 um grupo -- que se assinava como *queers-feministas anticapitalistas* -- apelou ao “bloqueio e sabotagem” numa convocatória para a primeira manifestação alguma vez feita em dia de greve geral, a qual untou “mil pessoas entre o Largo de Camões e o Rossio”⁹. Em 13 de Maio de 2011 os coletivos anónimos G13, Grupo das Treze, e Queers-Feministas-Anticapitalistas assinalaram a data religiosa da Virgem de Fátima espalhando pelas ruas de Lisboa um cartaz em que Maria Madalena reclamava os direitos sexuais para quem presta serviços sexuais. E em junho de 2011 aconteceu a Slut Walk de Lisboa..

Valorizamos muito o que aconteceu na RDA69, embora sejamos talvez demasiado suspeitos para o afirmar. Mas foi a partir de um núcleo de experimentação *queer* que gira em

torno deste centro social que aconteceu uma saída do armário, já não individual mas sim coletiva. Ela se concretizou em ações e discursos múltiplos: a “Super Cona 3”, o primeiro ciclo de cinema porno-feminista de Lisboa; o “book bloc” feminista que desde então discute textos e filmes mensalmente, debates e rendez-vous vários, presenças *queer* organizadas em várias manifestações. Pela primeira vez, havia um espaço com forte expressão anarquista e autónoma que conjuga, livre e alegremente, um programa eminentemente político de atividades *queer*, tais como o “workshop de dildo” e cuja estética fortemente sexualizada se inscreve na divulgação dos eventos e na própria vida do espaço.

A essa mesma altura surgem várias outros grupos ou micro-movimentos que também se reivindicam *queer*, tais como o Exército de Dumbledore, as Bichas Cobardes e os Rabbit Hole¹⁰. Todas essas iniciativas confrontam a agenda dos direitos sexuais que muda a direção, transcende e muitas vezes crítica a pauta institucional dos partidos políticos e dos movimentos LGBT e feminista formais.

Esse percurso *queer* dos dias de hoje é herdeiro de uma história e de um conjunto de laboratórios e ligações

que é preciso reconhecer. Novos momentos haverá para se olhar com tempo para essas propostas de modo a estabelecer um diálogo no campo da emancipação humana e, em particular, das próximas lutas necessárias na “época da austeridade”.

No centro do projecto *queer* há uma interrogação primordial sobre a relação entre os lugares que ocupamos, tão sexuais quanto políticos, tão económicos como sociais, e a possibilidade de ação política emancipadora. É nesta interrogação e nas respostas *queer* que têm sido exploradas que encontramos a matéria bruta para re/pensar, re/organizar e re/inventar um movimento social suficientemente exuberante que contribua para desnaturalizar o capitalismo e para construir um mundo comum."

Notas

¹ O termo *queer* foi reclamado pela organização Queer Nation criada em Março de 1990, em Nova Iorque, por ativistas envolvidos com HIV-AIDS vindos do ACT UP. Poucos meses mais tarde, um panfleto anónimo e influente foi distribuído na Parada do Orgulho Gay daquela cidade, intitulado “Queers Read This”, que se pode ler aqui:

<http://www.qrd.org/qrd/misc/text/queers.read.this>

² Por erótico designamos o universo do toque e do olhar e seus imaginários assistentes. Poderíamos igualmente usar os termos sensual ou desejo ou sexual.

³ A 25 de Abril de 1974 dá-se a “revolução dos cravos”, que inicia um processo de transição do regime ditatorial do Estado Novo para a democracia parlamentar. Desde então o PREC é um acrónimo extensivamente usado para nomear o período pós-25 de Abril.

⁴ Destes grupos nascem as revistas *Organa* (1991) e *Lilás* (1993), que chegavam discretamente a muitas mulheres e permitiam a realização de eventos dirigidos a esta comunidade. É neste percurso que se vê nascer as associações lésbicas, como o Clube Safo, que traziam em parte a contribuição de mulheres que haviam estado ligadas ao movimento feminista.

⁵ Citado por Marcelo Tarí, *Um piano nas barricadas: Autonomia operária (1973-79)*, Edições Antipáticas, 2013

⁶ Ver, por exemplo: *A despenalização do aborto em Portugal — discursos, dinâmicas e ação coletiva: os referendos de 1998 e 2007*, de Magda Alves entre outras. Oficina do CES, Coimbra, 2009.

⁷ Em 1975 Margarida Gil filma o documentário *Clínica Comunal Popular da Cova da Piedade*, premiado em Leipzig, sobre a ocupação do palacete pela população e sua transformação em clínica. A 9 de Dezembro de 1975 um forte aparato militar, composto por uma centena de guardas-republicanos e fuzileiros, revista a Clínica às 6 horas da manhã, na sequência das manobras intimidatórias do pós-25 de Novembro.

⁸ No início de 1976, uma reportagem polémica sobre aborto clandestino no programa “Nome – Mulher” da RTP intitulada “Aborto não é crime”, das jornalistas Maria Antónia Palla e Antónia de Sousa, levou à suspensão do

programa e ao julgamento das autoras por “atentado ao pudor e incitamento ao crime”.

⁹ O texto “Sobre a passagem de alguns milhares de pessoas por um breve período de tempo”, assinado pelas Edições Antipáticas, descreve este momento e enquadra-o numa proposta sobre o ciclo de lutas 2010-2013.

¹⁰ Do manifesto *Rabbit Hole*: “Inspirada nas noites queer-trash das grandes urbes, nasce em Lisboa uma estrutura que dá espaço aos *queers* e às prostitutas, amantes da arte, do core, da artcore e do hardcore, cyborgues, genderfuckers e rave-feministas.”